

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Sr. Waldez Góes, para prestar esclarecimentos a respeito da celebração de contratos de grande porte entre o Governo Federal e a Construtora Ótima Ltda, criada em 2022 no estado do Piauí.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da celebração de contratos de grande porte entre o Governo Federal e a Construtora Otima Ltda¹, empreiteira recém-criada no estado do Piauí que se tornou um fenômeno bilionário no governo federal, notadamente quanto ao que se segue:

1. Contratação Licitação: a) Quais contratos foram firmados entre a empresa Construtora Otima Ltda, criada em 2022, e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional até momento? b) Quais foram os critérios adotados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para selecionar a empresa Construtora Otima Ltda em licitações e contratações públicas? c) Quais valores totais desses contratos? os

d) Quais processos de licitação foram seguidos para garantir a

https://www.blogdobg.com.br/empreiteira-criada-em-2022-no-piaui-vira-fenomeno-bilionario-no-governo-lula/;

https://veja.abril.com.br/coluna/radar/governo-erra-ao-informar-valor-de-contrato-de-empreiteira/





¹ https://www.96fm.com.br/noticia/empreiteira-criada-em-2022-no-piaui-vira-fenomeno-bilionario-no-governo-lula;;

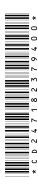


transparência e a legalidade nas contratações dessa empresa pelo Ministério?

- 2 Qualificação Capacitação da Empresa: a) Qual foi o procedimento de qualificação adotado para verificar a capacidade técnica e financeira da empresa Construtora Otima Ltda, considerando foi fundada 2022? que ela em b) Que tipo de auditoria ou fiscalização foi realizada pelo Ministério para garantir que a empresa estivesse apta a realizar contratos de grande porte federal? com 0 governo c) Há alguma documentação pública que comprove a idoneidade e a qualificação da empresa Construtora Otima Ltda para a execução de projetos dessa magnitude?
- 3. **Monitoramento e Fiscalização dos Contratos:**a) Quais são as medidas adotadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional para garantir que os contratos com a empresa Construtora Otima Ltda estejam sendo cumpridos de acordo com os termos

 estabelecidos?
- b) Existe algum mecanismo de fiscalização interna ou externa para monitorar a execução dos contratos firmados com a empresa? Se sim, quais foram os resultados dessa fiscalização até o momento?
- 4. Relações Políticas e Empresariais:
 a) Existem relações entre os dirigentes da empresa Construtora Otima Ltda
 e figuras políticas ou empresariais associadas ao governo federal?
 b) Houve alguma contribuição financeira da empresa Construtora Otima
 Ltda para campanhas políticas ou partidos políticos, incluindo o atual
 governo? Se sim, qual o montante e para quais candidaturas?
- 5. **Transparência e Acompanhamento Público**:
 a) O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional tomou alguma medida para garantir a plena transparência dos contratos com a empresa Construtora Otima Ltda?
 b) Quais providências foram ou serão tomadas para garantir o







acompanhamento público da execução desses contratos, a fim de evitar qualquer tipo de irregularidade ou desvio de recursos públicos?

JUSTIFICATIVA

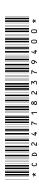
Recentemente foi noticiado que uma empreiteira recém-criada no estado do Piauí, em 2022, se tornou um fenômeno bilionário no governo federal. A empresa, que começou suas atividades há pouco mais de dois anos, já conquistou contratos de grande porte com a administração pública, gerando questionamentos sobre sua ascensão repentina e os critérios adotados para sua seleção em licitações públicas. A rapidez com que a empresa obteve contratos significativos e o volume de recursos envolvidos chamaram a atenção para possíveis irregularidades no processo de qualificação e contratação.

A empreiteira, que começou com um capital social modesto, rapidamente escalou sua atuação no setor de infraestrutura, firmando parcerias e contratos com órgãos federais. O crescimento explosivo da empresa gerou especulações sobre a falta de transparência e de fiscalização nos processos licitatórios que envolveram o governo federal. Especialmente em um contexto de alto volume de recursos públicos, essas circunstâncias levantam suspeitas de favorecimento ou de falta de rigor nas exigências para qualificação das empresas contratadas pelo governo.

O governo federal, por sua vez, não forneceu explicações detalhadas sobre como a empresa foi qualificada para receber esses contratos e quais foram os critérios adotados nas licitações. Além disso, ainda não está claro o grau de transparência com o qual esses processos foram conduzidos, o que aumenta a preocupação sobre possíveis irregularidades. Diante disso, é fundamental que os detalhes sobre a seleção da empreiteira e os termos dos contratos sejam investigados com profundidade, para garantir que o uso de recursos públicos esteja sendo feito de forma legal e eficiente.

Ademais, surgem questões sobre a relação entre os proprietários da empresa e figuras políticas próximas ao governo. As especulações sobre a influência política nos contratos e na ascensão da empresa merecem uma investigação mais aprofundada, uma







vez que qualquer tipo de favorecimento político poderia comprometer a integridade dos processos licitatórios e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Diante do exposto, é essencial que as autoridades competentes esclareçam os critérios de contratação, a relação da empresa com o governo, e a transparência dos processos de licitação, a fim de garantir que o dinheiro público não seja desviado ou mal utilizado. A solicitação de informações e a realização de investigações sobre o caso visam assegurar que o governo federal atue de maneira justa e responsável, sem prejuízo ao interesse público.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções

Sala das sessões, em 12 de dezembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



